



Número: **0800014-78.2019.8.15.0781**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Vara Única de Barra de Santa Rosa**

Última distribuição : **22/01/2019**

Valor da causa: **R\$ 12.150,00**

Assuntos: **ESPÉCIES DE CONTRATOS, SEGURO, ACIDENTE DE TRÂNSITO, SEGURO**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
ANILSON MARQUES DO NASCIMENTO (AUTOR)		DIJANIELLYESON MONTEIRO NOBREGA (ADVOGADO) NILO TRIGUEIRO DANTAS (ADVOGADO) ANTONIO JOALISON DE ARAUJO MORAIS (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A (RÉU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
18754367	22/01/2019 14:56	Petição Inicial	Petição Inicial
18754425	22/01/2019 14:56	1.PROCURAÇÃO	Procuração
18754447	22/01/2019 14:56	2.RG E CPF	Documento de Identificação
18754460	22/01/2019 14:56	3.COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA	Documento de Comprovação
18754477	22/01/2019 14:56	4.DECLARAÇÃO DE POBREZA	Documento de Comprovação
18754495	22/01/2019 14:56	5.CARTA DA SEGURADORA	Documento de Comprovação
18754510	22/01/2019 14:56	6.BOLETIM DE OCORRÊNCIA	Informações Prestadas
18754516	22/01/2019 14:56	7.DECLARAÇÃO DO PROP. DO VEÍCULO	Documento de Comprovação
18754525	22/01/2019 14:56	8.DOC. DO VEÍCULO	Documento de Comprovação
18754594	22/01/2019 14:56	9.DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DO IML	Documento de Comprovação
18754606	22/01/2019 14:56	10.PRIMEIRO ATENDIMENTO (SAMU)	Documento de Comprovação
18754616	22/01/2019 14:56	11.PRONTO MÉDICO I-ANILSON MARQUES	Documento de Comprovação
18754630	22/01/2019 14:56	12.PRONTO MÉDICO II-ANILSON MARQUES	Documento de Comprovação
18754635	22/01/2019 14:56	13.PRONTO MÉDICO III-ANILSON MARQUES	Documento de Comprovação
18754654	22/01/2019 14:56	14.PRONTO MÉDICO IV-ANILSON MARQUES	Documento de Comprovação
18857591	31/01/2019 11:42	Despacho	Despacho

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE
BARRA DE SANTA ROSA– ESTADO DA PARAÍBA

ANILSON MARQUES DO NASCIMENTO,

brasileiro, solteiro, pescador, portador da Cédula de Identidade Civil nº. 3611952 - SSP/PB e do CPF nº. 361.599.968-19, residente e domiciliado no Sítio Assentamento São Luiz, s/n, Zona Rural, Sossego-PB, vem por meio de seu procurador, Advogado “in fine” assinado, com endereço profissional na Rua Pedro Salustino de Lima, 47, Empresarial Evanisa Dantas, Sala E, Pedro Salustino, Picuí – PB, onde recebem intimações, mui respeitosamente, a presença de Vossa Excelência, com fundamento no art. 3º da lei 6.194/74 propor:

**AÇÃO DE COBRANÇA POR DIFERENÇA DE II
DPVAT POR**



INVALIDEZ c/c REPARAÇÃO I

em face da **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DPVAT S/A**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 09.248.608/0001-04, podendo ser intimada através de seu Departamento Jurídico localizado na Rua Senador Dantas, 74/14º andar, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP: 20.031-205, pelas razões de fato e de Direito a seguir articuladas:

PRELIMINARMENTE

Preliminarmente, requer de Vossa Excelência que seja concedido os benefícios da Justiça Gratuita, visto que, o promovente é pobre na forma da lei, sendo desprovido de recursos para arcar com as despesas do processo e com o pagamento de honorários de advogado. Nessa linha de pensamento, a 4ª. Turma do Egrégio Superior Tribunal de Justiça é assente na matéria, tendo aduzido: *"a simples declaração firmada pela parte que requer o benefício da assistência judiciária, dizendo-se 'pobre nos termos da lei', desprovida de recursos para arcar com as despesas do processo e com o pagamento de honorários de advogado, é, na medida da presunção iuris tantum de veracidade, suficiente à concessão do benefício legal. (05. 4ª. Turma, STJ, Rec. Esp. 38124-0, 20/10/93, rel. Min. Sálvio de Figueiredo, RJSTJ 6/412)."* Além do que a Constituição de 1988, sensível à realidade social do país, inseriu como "**direito e garantia fundamental**" do povo brasileiro, o livre acesso ao Judiciário. Como a todo direito corresponde uma obrigação, temos que ao Estado compete fornecer os meios necessários de acesso à justiça de todos aqueles que dela necessitar. Portanto, nada mais resta a esse nobre magistrado seguir por esse entendimento.

DOS FATOS

Que no dia 26/03/2018, o requerente recebeu o pagamento da indenização do Seguro Obrigatório Dpvat da requerida no importe de R\$ 1.350,00 (um mil, trezentos e cinquenta reais) referentes ao Sinistro nº. 3180114838 sob a invalidez permanente apresentada no **membro superior direito**.



É certo que o requerente no dia 06 do mês de agosto do ano de 2017 por volta das 15h00min, foi vítima de acidente de trânsito. Ocorre que o mesmo trafegava na sua motocicleta Honda CBX250, sobre uma estrada vicinal que fica localizada no Sítio Boi Morto, no Município de Nova Floresta-PB. Na ocasião de que esta mesma estrada possui duas grandes ladeiras, razão pela qual dificultou a descida feita pelo requerente, já que a passagem/ladeira encontrava-se molhada, devido as fortes chuvas que caíram sobre o local, fazendo com que ele, viesse a perder o controle do referido veículo após acionar o freio de sua motocicleta. Sendo assim, a vítima derrapou na pista e caiu ao solo, no mesmo momento em que algumas pessoas também transitavam pelo local do acidente, ao ver o ocorrido, logo acionaram o SAMU da cidade de Picuí-PB, o qual socorreu o suplicante, levando-o para o Hospital Regional da cidade supracitada, por onde passou pelos primeiros atendimentos, sendo submetido a procedimento cirúrgico na região da cabeça, já que a vítima ao momento do acidente quebrou o maxilar (**região craniofacial**) e necessitou de colocar pinos de platina do lado direito da cabeça. Portanto, o requerente passou vários dias impossibilitado de exercer suas atividades profissionais, em decorrência das sequelas do acidente sofrido.

Destarte, que segundo o Boletim de Ocorrência nº. 010/2017 expedido pela Delegacia de Polícia Civil de Nova Floresta-PB, o requerente conduzia o veículo/moto HONDA CBX250, cor vermelha, ano/modelo 2003/2004, placa MNN 8079/PB, chassi 9C2MC35004R0104693, Código Renavam 00818630310, Licenciada em nome de JAIR DA SILVA FONSECA.

Também denuncia a documentação em anexo, que logo após a ocorrência do acidente, o requerente foi socorrido pelo SAMU da cidade de Picuí-PB e levado ao Hospital Regional desta mesma cidade.

Destarte, que desse sinistro o requerente permaneceu inválida permanentemente, conforme denuncia o atestado em anexo.

Logo, nos leva a concluir pela invalidez permanente do requerente, devendo esse nobre juízo reconhecer tal direito e fazer com que a ré efetue o pagamento de 100% da indenização do seguro obrigatório, que segundo o art. 3º da lei 6.194/74, inciso II é no valor de R\$ 13.500,00 (treze mil, quinhentos reais) para invalidez total. E, como o requerente permaneceu com uma invalidez permanente, deveria receber R\$ 13.500,00 (treze mil, quinhentos reais) correspondentes a uma invalidez permanente total, e não os R\$ 1.350,00 (um mil, trezentos e cinquenta reais) conforme a requerida pagou, perfazendo assim a diferença de **R\$ 12.150,00 (doze mil, cento e cinquenta reais)**. Razão pela qual essa presente ação foi proposta.

DO DIREITO



A indenização do seguro obrigatório DPVAT é bastante consagrada em nosso ordenamento jurídico, e, é de tal forma regida pela Lei nº. 6.194/74, a qual é a norma disciplinadora desse respectivo seguro, ela prenuncia que a indenização será paga as vítimas de acidente de trânsito que venham a morrer, a sofrer invalidez permanente em algum órgão ou membro, ou até mesmo aquela pessoa que só venha a receber cuidados médicos. Logo, tais situações se encontram denotadas no art 3º, após a vigência da medida provisória nº. 340/06, desta referida lei:

“Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:

I - - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos) - no caso de morte;

II - - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente;

e

III -- até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.”

Logo, como é explanado por tão nobre artigo, a lei garante o direito de receber uma indenização como prêmio desse seguro. De antemão, deve ser condenada tanto à promovida bem como qualquer outra seguradora que opere com o seguro obrigatório.

Por conseguinte, dispõe a lei 6.194, de 19 de dezembro de 1974, que o valor correspondente ao pagamento da indenização do seguro DPVAT deverá seguir a tangência do art. 3º desta referida lei, cujo diz que o quantum deverá ser de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) no caso de morte ou invalidez permanente. Logo, como o requerente ficou inválido deveria receber o valor total da indenização de acordo com o que é renunciado pela Lei 6194/74, e, não o pagamento parcial que foi feito pela requerida.

Ademais, o art. 5º da Lei 91694/74 é claro ao enunciar que:

“Art. 5º. O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.”



Destarte, a norma que rege o seguro DPVAT, a Lei nº 6.194/74, determina em seu art. 5º que o pagamento da indenização será efetuado mediante **simples prova do acidente**, do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida ainda qualquer franquia por parte do segurado.

A jurisprudência também é pacífica nesse sentido:

134005755 – AÇÃO DE COBRANÇA – SEGURO OBRIGATÓRIO – DPVAT – RESPONSABILIDADE DA SEGURADORA – DESNECESSIDADE DA PROVA DA CULPA – À seguradora, cumpre pagar, por força de lei, o valor indenizatório ao cônjuge da pessoa vitimada em acidente de veículo, coberto pelo seguro obrigatório de danos pessoais. O recebimento dos valores pertinentes ao seguro obrigatório independe de qualquer comprovação ou pesquisa sobre a culpa do condutor do veículo causador do dano, já que, decorrendo do Decreto-Lei nº 73/66, cuida de responsabilidade objetiva que, como tal, prescinde da coexistência do elemento culpa. É computável a correção monetária sobre os valores devidos, calculada a partir da data do efetivo desembolso das despesas, além dos juros de 0, 5% ao mês contados a partir da citação. (TAMG – AP 0345692-6 – (51746) – Contagem – 3ª C.Cív. – Relª Juíza Jurema Brasil Marins – J. 03.04.2002)

*6027440 - PROCESSUAL CIVIL E CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. INVALIDEZ DECORRENTE DE ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO. Cálculo da indenização fixada de forma equivocada. Retificação de ofício. Inteligência do art. 463, I do CPC. Salário mínimo adotado para fixar o valor da indenização e vigente à época do evento danoso. Legalidade. Inteligência da Lei nº 6.194/74. Inaplicabilidade das resoluções do cnps. Princípio da hierarquia das Leis. Honorários aplicados em atendimento ao disposto § 4º do art. 20 do CPC. Desprovisionamento da apelação. Manutenção da sentença. **Lei nº 6.194/74. Art. 5º. "o pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência***



de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado. ". A norma que regula o seguro obrigatório de danos pessoais é uma Lei em sentido formal, que, pelo princípio da hierarquia das Leis, não pode ser revogada por resolução. (TJ-PB; AC 200.2005.001265-3/002; Rel. Des. Genésio Gomes Pereira Filho; DJPB 30/07/2009; Pág. 9) CPC, art. 463 CPC, art. 20

Logo, por essas provas apresentadas, fundamentadas e legítimas já se evidencia e prontamente se percebe o direito do autor em receber o prêmio do seguro DPVAT, pois, como já fora explicitado anteriormente na norma legal, o pagamento da indenização será devida mediante a simples ocorrência do acidente e do dano dela decorrente.

Noutro diapasão, é bom que se traga à baila que em virtude do sinistro do requerente ter acontecido no ano de 2016, o pedido autoral deverá obedecer as normas em vigor na época, principalmente de acordo com a alteração ocorrida na Lei 6194/74 trazidas pelas leis 11.482/2007 e 11945/2009.

Logo, diante de tamanha alteração, podemos acentuar que a indenização por invalidez deverá variar de acordo com o grau da lesão e da extensão da incapacidade funcional apresentada pelo autor/vítima, que refletirá em dano corporal, este sim indenizável.

Ademais, o aspecto interativo para que haja cobertura é que a invalidez seja de Caráter permanente e fique caracterizado o nexo entre o acidente noticiado a consequente invalidez.

Outrossim, vejamos a nova redação do § 1º do art. 3º conferida pela MP 451/2008, convertida posteriormente na Lei 11945/2009:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

...

§ 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam



suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo:

I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e

II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais.

Destarte, que o anexo ao art. 3º da Lei nº 6.194/74, explicita nos dias atuais o valor da indenização a ser recebida pelo(a) promovente de acordo com a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual em tal anexo estabelecido. Vejamos:

ANEXO

(art. 3º da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974)

Danos Corporais Totais Repercussão na Íntegra do Patrimônio Físico	Percentual da Perda



Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	100% (CEM POR CENTO)
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior	
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral	
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfincteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica	
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	
Danos Corporais Segmentares (Parciais) Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores	Percentuais das Perdas
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos	70%
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores	70%
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	50%
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar	25%
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo	25%
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão	10%



Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé	10%
Danos Corporais Segmentares (Parciais) Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais	Percentuais das Perdas
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho	50%
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral	25%
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço	10%

Portanto, diante do enunciado no inciso I do parágrafo primeiro do art. 3º da Lei 6194/74, e principalmente de acordo com o que explicita o anexo da referida Lei, o promovente faz jus a indenização por invalidez permanente em decorrência **das sequelas na região craniofacial (100% cem por cento)** o que perfaz o percentual correspondente aos 100% (cem por cento) do valor referente a uma invalidez permanente total que é de R\$ 13.500,00 (treze mil, quinhentos reais), razão pela qual deverá o mesmo ser indenizado no quantum base de **R\$ 13.500,00 (treze mil, quinhentos reais)**, referente a sua perda funcional. Porém, como já recebeu uma pequena parcela de tal montante administrativamente, agora só faz jus a diferença pleiteada.

Por conseguinte, vale indicar a este juízo que, segundo a própria lei 6194/74, o IML é o órgão competente para a verificação e caracterização da perda funcional do membro lesado e da irreversibilidade da lesão ocasionada pelo acidente de trânsito. No entanto, é notório e cediço por todos que nesta Comarca não existe tal órgão, e, como tal, a produção da perícia médica judicial torna-se prova necessária ao deslinde dessa presente ação e a consequente comprovação da invalidez permanente apresentada pela autora.

Destarte, a violação do direito do Autor, no caso em tela é patente, tendo por consequência o ato ilícito a ser reparado, segundo a luz do art. 186 do Código Civil Pátrio, in verbis:

“Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência, ou imprudência, violar direito, ou causar prejuízo a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.”



O instituto da responsabilidade civil é parte integrante do direito obrigacional, pois, a principal consequência da prática de um ato ilícito é a obrigação que acarreta o dever de reparar o dano causado, sendo este de natureza pessoal que se resolve em perdas e danos.

Assim entende os nossos tribunais:

“AÇÃO INDENIZATÓRIA – SEGURO DPVAT – FALTA DE INTERESSE DE AGIR – ESGOTAMENTO DA VIA ADMINISTRATIVA – DESNECESSIDADE – PRELIMINAR – REJEIÇÃO – DUT – PROVA DO ACIDENTE E DO DANO – INDENIZAÇÃO DEVIDA – 1) não falta interesse de agir àquele que não espera a solução administrativa do pagamento do valor, mormente quando a seguradora retarda na análise da documentação enviada pelo beneficiário do seguro. 2) a não obrigatoriedade de apresentação do dut para recebimento de indenização precede a vigência da lei nº 8.441/92. A lei nº 6.194/74, por não conter tal exigência, estabelece apenas que a indenização será paga mediante a simples prova do acidente e do dano decorrente. (TAMG – AC 0389923-4 – (71202) – 5ª C.Cív. – Rel. Des. Elias Camilo – J. 08.05.2003)”

Ainda no que tange ao recebimento da indenização, devemos ressaltar a questão da correção monetária deverá incidir a partir da data do ajuizamento da ação (distribuição), e, os juros deverão contar desde a data da citação da seguradora sinistro, o que é concretizado em nosso ordenamento jurídico e principalmente de forma majoritária em nosso Tribunal de Justiça da Paraíba, conforme explicita a jurisprudência abaixo em epigrafe:

11545910 - AGRAVO REGIMENTAL. CIVIL E PROCESSUAL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). COMPLEMENTAÇÃO DE PAGAMENTO. JUROS DE MORA. TERMO INICIAL. CITAÇÃO DA SEGURADORA. 1. Na ação de cobrança para complementar o pagamento de indenização do seguro obrigatório (DPVAT), os juros de mora incidem a partir da data de citação da seguradora. 2. Agravo regimental desprovido. (Superior Tribunal de Justiça STJ; AgRg-REsp 1.060.421; Proc. 2008/0112451-7; SP; Quarta



Turma; Rel. Min. João Otávio de Noronha; Julg. 28/04/2009; DJE 11/05/2009)

56023750 - PROCESSUAL CIVIL. CONTRA-RAZÕES. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. DPVAT. PRELIMINAR. PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE. AFRONTA. AUSÊNCIA. RAZÕES DISSOCIADAS DO QUE RESTOU DECIDIDO. INEXISTÊNCIA. REJEIÇÃO. *Não estando as razões do apelo dissociadas do que restou decidido na sentença, não há que se falar em afronta ao princípio da dialeticidade. Processual civil. Apelação. Ação de indenização. DPVAT. Preliminar. Ausência de interesse processual. Pedido na esfera administrativa. Art. 5º, XXXV, da CF/88. Rejeição. A Constituição Federal, fonte da qual emanam todos os princípios a serem observados pela legislação infraconstitucional, garantiu a todos a inafastabilidade jurisdicional, sempre que houver lesões ou ameaças de lesões a direito. Civil. Apelação cível. Ação de cobrança. Seguro DPVAT. Acidente automobilístico. Invalidez permanente. Deficiência em grau mínimo. Prova robusta. Nexos causal comprovado. Indenização devida. Incidência do art. 3º, b, da Lei nº 6.194/74. Indexação do salário mínimo. Possibilidade. Correção monetária. Incidência. Data do sinistro. Inaplicabilidade. Adequação. Data do ajuizamento da ação. Provimento parcial. Dada a natureza do pleito indenizatório securitário, afigura-se totalmente desnecessário prévio requerimento administrativo objetivando posterior ajuizamento de ação de cobrança. A Lei nº 6.194/74, que dispõe sobre o seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não (DPVAT), foi alterada, em alguns dispositivos, pela Lei nº 8.441/92, sem, todavia, modificar o art. 5º do aludido diploma legal, que impõe o pagamento da indenização mediante a prova do acidente e do dano ocorrente. Em consonância com a iterativa jurisprudência do STJ, nas ações em que se busca o valor integral de indenização decorrente do seguro obrigatório. DPVAT -, por se tratar de ilícito contratual, a correção monetária, será a partir do ajuizamento da ação. (TJ-PB; AC 083.2006.001412-9/001; Cacimba de Dentro; Rel. Des. Abraham Lincoln da Cunha Ramos; DJPB 05/02/2009; Pág. 5) CF, art. 5*



56028438 - SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. ACIDENTE DE TRÂNSITO. INVALIDEZ PERMANENTE. INDENIZAÇÃO. PROCEDÊNCIA DO PEDIDO. APELAÇÃO CÍVEL. PRELIMINARES. Falta de interesse processual e de documento imprescindível ao exame da questão. Rejeição das prefaciais. Amputação da falange distal do 2º e 3º quirodáctilos da mão direita. Fixação da indenização no máximo legal. Impossibilidade. Provimento parcial. De acordo com o princípio da inafastabilidade do poder judiciário em que não será excluída de sua apreciação nenhuma lesão ou ameaça a direito, pode o autor, amparado na Constituição Federal, pleitear seus direitos judicialmente, independentemente do exaurimento das vias administrativas. De uma breve análise dos elementos probatórios, vê-se que o promovente colacionou os documentos que entendeu suficientes à apreciação da questão de mérito objeto da demanda, a fim de que o julgador pudesse concluir pela eventual procedência ou improcedência do pedido. Nos termos do disposto no art. 5º, da Lei n. 6.194/74, a seguradora está obrigada a indenizar o DPVAT, bastante a simples prova do acidente automobilístico e do dano decorrente, do qual resultou com danos pessoais, levando-se em consideração a tabela respectiva para cálculo em caso de invalidez permanente. Inocorrendo requerimento administrativo, visando receber o DPVAT, **a correção monetária deve se dar da data do ajuizamento da ação os juros moratórios de 1% ao mês da citação**, se o acidente ocorreu após a vigência do novel CC. (TJ-PB; AC 200.2008.018.7418/001; Rel. Des. Romero Marcelo da Fonseca Oliveira; DJPB 16/10/2009; Pág. 7)

Logo, está satisfeito o promovente de que não tem mais a que buscar, a Promovida, além de demonstrar de forma equivocada que não tem interesse em pagar o seguro DPVAT e não encontrando outro caminho, vem invocar a Tutela Jurisdicional do Estado, por intermédio de seu órgão judiciário para dirimir tal conflito.

III - DOS PEDIDOS



ANTE AO EXPOSTO, requer a Vossa Excelência, com fundamento no art. 186 do Código Civil Pátrio, c/c, nos arts. 5º e 3º, "II", ambos da lei nº. 6.194/74, a procedência da presente, bem como:

a. A condenação da promovida ao pagamento da indenização em epígrafe, com base no montante de **R\$ 12.150,00 (doze mil, cento e cinquenta reais)**, conforme preceitua o inciso I do § 1º e inciso II do art. 3º da Lei 6194/74, referente à indenização por invalidez permanente parcial e de repercussão média sofrida pelo promovente **na região craniofacial (100% cem por cento)** de uma invalidez permanente total. No entanto, caso tal incapacidade seja parcial que se apure o seu respectivo grau percentual.

b. Seja citada a Promovida através de AR, no endereço declinado, nos termos do art. 246, I do CPC, para querendo, apresentar contestação, produzir provas e requerendo, sendo o caso de prova pericial, com a formulação de quesitos e indicação de assistente técnico.

c. Seja designada audiência de conciliação, e, em ato contínuo a de instrução e julgamento.

d. Requer que lhe seja concedido os benefícios da justiça gratuita nos termos do artigo 98 e seguintes do CPC.

e. Que seja acrescido e aplicado ao valor da condenação, correção monetária com base no INPC-IBGE, o qual começará a incidir desde a data do sinistro nos termos da súmula 580 do STJ, e, juros moratórios no percentual de 1,0% ao mês que deverão ser calculados a partir da citação, conforme acentua a súmula 426 do STJ.

f. Seja condenada a demandada em honorários advocatícios, no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, nos termos do art. 85 do CPC.

g. Seja o autor submetido a perícia médica judicial, devendo tal perito seguir os quesitos no anexo 01 enunciados, bem como os elaborados pela parte ré e/ou pelo juízo, devendo os honorários periciais correrem as custas da ré, nos termos do convenio firmado entre ela e esse Tribunal.



Protesta ainda provar o promovente por todos os meios de provas em direito admitidos, especialmente por provas documentais e testemunhais.

Dá-se à causa o valor de R\$ 12.150,00 (doze mil, cento e cinquenta reais)

Nesses Termos,
Pede deferimento.

Picuí-PB, 22 de janeiro de 2019.

NILO TRIGUEIRO DANTAS

OAB-PB 13220

Anexo 01

-

QUESITOS

-



1) *Se existe nexo causal entre o acidente noticiado na peça inicial e as lesões produzidas no Autor?*

2) *Se houve diminuição ou perda de função de algum órgão do periciado e se estes órgãos foram lesionados em função do acidente automobilístico?*

3) *Se houve Invalidez. Em caso afirmativo, se a invalidez é total ou parcial?*

4) *Se a invalidez for parcial, ela é completa ou incompleta?*

5) *Se parcialmente incompleta, qual o percentual a ser utilizado com relação à redução proporcional da incapacidade permanente? Onde nesse quesito deverá o Sr. Perito se utilizar dos percentuais enunciados pelo inciso II do § 1º da Lei 6194/74: “75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa; 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão; 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, e ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais”.*

-
-
-
-
-
-
-
-
-
-
-

Anexo 02



Anexo do art. 3º da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974

Danos Corporais Totais Repercussão na Íntegra do Patrimônio Físico	Percentual da Perda
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	100% (CEM POR CENTO)
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior	
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral	
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica	
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	
Danos Corporais Segmentares (Parciais) Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores	Percentuais das Perdas
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos	70
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores	70
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	50



Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar	25
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo	25
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão	10
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé	10
Danos Corporais Segmentares (Parciais) Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais	Percentuais das Perdas
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho	50
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral	25
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço	10





TRIGUEIRO & NOBREGA
ADVOGADOS ASSOCIADOS

PROCURAÇÃO PARA O FORO EM GERAL

O(A) Outorgante Anilson Marques do Nascimento
brasileiro, pesqueador Salteador portador (a) do RG nº
3.611.952 expedido por SSPB e CPF nº 361.599.968-9 residente e
domiciliado(a) na(o) Assentamento São Luiz
nº 31N Bairro Zona rural Cidade Sossogo UF PB pelo presente
instrumento particular de procuração, nomeia e constitui seu bastante procuradores e advogados os
Bels. **NILO TRIGUEIRO DANTAS**, portador do CPF nº. 047.951.774-65, inscrito na OAB-PB sob nº. 13.220
e na OAB-RN sob nº. 834-A, e, **DIJANIELYESON MONTEIRO NOBREGA**, inscrito na OAB/PB sob nº.
17068, brasileiros, casados, advogados, com endereço profissional na Rua Pedro Salustino de Lima, nº
47, Empresarial Evanisa Dantas, Sala "E", Pedro Salustino, Picuí-PB, fone (0**83) 3371-2274, a qual
confere poderes para o foro em geral, nos termos do art. 105 do Código de Processo Civil, podendo
receber citação, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito
sobre o qual se funda a ação, receber, dar quitação, firmar compromisso, pedir justiça gratuita e assinar
declaração de hipossuficiência econômica, firmar compromissos, prestar primeiras e últimas
declarações, receber e dar quitação, acompanhá-lo(a) em todos os seus termos, impugnar créditos ou
concordar com os mesmos, representá-lo(a) perante qualquer Juízo, instância ou Tribunal, repartições
públicas, federais, estaduais, municipais, conjunto ou separadamente, e, em especial, receber em juízo
o competente Alvará Judicial que for expedido em favor do(a) outorgante, praticar todos os atos
necessários para o cumprimento deste mandato, inclusive substabelecer.

Picuí-PB, 05 de Dezembro de 2017.

Anilson Marques do Nascimento
Outorgante

Rua Pedro Salustino de Lima, 47, Empresarial Evanisa Dantas
Sala E, Pedro Salustino - Picuí-PB - CEP: 58187-000
Tel: (83) 3371-2274 / 99912-5490 / 99104-9190 / 99622-3777
Email: nilotdantas@hotmail.com / nelinhoadv@gmail.com



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAIBA
SECRETARIA DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL
INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA
DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

3611952

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 3611952 DATA DE EXPEDIÇÃO 17 DEZ 2007

NOME ANILSON MARQUES DO NASCIMENTO
Marcos Antônio do Nascimento

FILIAÇÃO Antônia Marques do Nascimento

Guarujá-SP 24.07.1990
NATURALIDADE DATA DE NASCIMENTO

DOC ORIGEM Cert.Nasc.Nº.43.981.Fls.270v.Liv.A-
063 Cart.de Guarujá-SP

CPF 361.599.968-19

João Pessoa - PB ASSINATURA DO DIRETOR
LEI Nº 7.116 DE 29/06/84

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Receita Federal
Cadastro de Pessoas Físicas

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO
Número
361.599.968-19

Nome
ANILSON MARQUES DO NASCIMENTO

Nascimento
24/07/1990

VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO

CÓDIGO DE CONTROLE
8972.9F64.0015.970B

A autenticidade deste comprovante deverá ser confirmada na Internet, no endereço
www.receita.fazenda.gov.br

Comprovante emitido pela
Secretaria da Receita Federal do Brasil
às 12:56:48 do dia 16/12/2013 (hora e data de Brasília)
dígito verificador: 00



AMILSON MARQUES DO NASCIMENTO
ASSENT SAO LUIZ, S/N - AREA RURAL
SOSSEGO/PB CEP. 56177000 (AG. 80)

Emissão: 30/11/2017 Referência: Nov / 2017
Classe/Subcl: RURAL / AGROPECUÁRIA RURAL MONOFÁSICA
Roteiro: 18 - 261 - 959 - 650 Nº medidor: 00001267531

ENERGISA PARAIBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Km 25 - Cristo Redentor - João Pessoa/PB - CEP 58071-690
CNPJ 08.095.193/0001-49 Insc. Est. 15.015.322-0

Nota Fiscal / Conta de Energia Elétrica Nº 001.416.512
Cód. para Dth. Automático: 00010962678

Atendimento ao Cliente ENERGISA 0800 083 0196 Acesse: www.energisa.com.br

Conta referente a	Apresentação	Data prevista da próxima leitura	CPF / CNPJ / RANI
Nov / 2017	30/11/2017	29/12/2017	36159996819

UC (Unidade Consumidora): 5/1096267-8

Canal de contato

-CONVOCAÇÃO DA JUSTIÇA ELEITORAL-
CADASTRADO BIOMÉTRICO
A JUSTIÇA ELEITORAL CONVOCA OS ELEITORES QUE AINDA
NÃO FIZERAM O CADASTRAMENTO BIOMÉTRICO PARA QUE
PROCUREM O CARTÓRIO ELEITORAL OU POSTO DE ATENDI-
MENTO MAIS PRÓXIMO DA SUA RESIDÊNCIA, ATÉ 30/11/2017
PORTANDO DOCUMENTO OFICIAL COM FOTO, COMPROVAN-
TE DE RESÍD. DOS ÚLTIMOS 3 MESES E TÍTULO ELEITORAL.
SE HOUVER EM CASO DE DÚVIDAS, CONSULTAR O SITE
WWW.TRE-PB.JUS.BR OU LIGAR PARA O FONE 3512-1381

Anterior		Atual		Constante	Consumo	Dias
Data	Leitura	Data	Leitura			
31/10/17	7196	30/11/17	7348	1	50	30
Demonstrativo						
CCI	Descrição	Quantidade	Tarifa	Valor Base Calc	Aliq. ICMS(R\$)	Base Calc Pag(R\$)
				Tributos Total(R\$)	ICMS(R\$)	ICMS
				Pol/Coluna(R\$)	(1,2521%)	(5,1216%)
0601	Consumo em kWh	50,000	0,464410	23,22	23,22	18
0601	Adic. B. Vermelha			3,35	3,35	18
0610	Subsídio			9,95	9,95	18
LANÇAMENTOS E SERVIÇOS						
0906	Devolução Subsídio			-7,42	0,00	0
				0,00	0,00	0,00

CCI Código de Classificação do Item TOTAL 22,10 22,52 5,57 38,52 3,49 2,22

Média últimos meses (kWh) 55
VENCIMENTO 11/12/2017
TOTAL A PAGAR R\$ 29,10

Histórico de Consumo (kWh)

55 | 47 | 52 | 50 | 53 | 58 | 55 | 51 | 54
Out/17 Set/17 Ago/17 Jul/17 Jun/17 Mai/17 Abr/17 Mar/17 Fev/17 Jan/17 Dez/16 Nov/16

RESERVADO AO FISCO

667b.135c.a9a8.f9c8.be7d.ab77.696a.9ba6.

Indicadores de Qualidade 9/2017 - Pciui

	Limites da ANEEL	Apurado	Limite de Tensão (V)
DIC MENSAL	11,53	2,10	NOMINAL 220
DIC TRIMESTRAL	22,19		
DIC ANUAL	48,39		
FIC MENSAL	7,59	1,00	CONTRATADA LIMITE INFERIOR 202 LIMITE SUPERIOR 231
FIC TRIMESTRAL	15,19		
FIC ANUAL	30,39		
DMIC	1,62	2,10	
DMCR	1,62		

Composição do Consumo

Discriminação	Valor (R\$)	%
Serviços de Dist. do Energia/PB	8,53	29,32
Compra de Energia	9,97	34,26
Serviço de Transmissão	1,06	3,64
Encargos Setoriais	1,91	6,56
Impostos Diretos e Encargos	9,26	31,89
Outros Serviços	0,00	0,00
Total	29,10	100,00

Valor de Emissão (R\$) 9/2017) R\$ 29,10

ATENÇÃO

- REAVISO: Caso a(s) fatura(s) acima continue(m) em atraso, o fornecimento poderá ser suspenso a partir de 15/12/2017. Conforme Resolução 414/ANEEL. O pagamento após essa data não elimina a possível suspensão do fornecimento, caso o mesmo não seja comunicado ou as contas pagas não estejam na unidade consumidora para comprovação. Caso essas faturas estejam pagas, desconsiderar essa mensagem. ESTE PRAZO NÃO VALE PARA AS FATURAS JÁ REAVISADAS, para estas a suspensão do fornecimento poderá ocorrer a qualquer momento até o decurso do prazo de 90 (noventa) dias, contado da data de vencimento da fatura vencida e não paga.
Fatura sujeita anulação em órgãos de proteção ao crédito no caso de inadimplemento Subvenção DEC.7.891/13 R\$ 7,42

Faturas em atraso

Out/17	35,74
Set/17	23,46
Ago/17	114,44
Jul/17	108,45
Jun/17	115,10
Abr/17	113,28
Mar/17	122,54
Jan/17	17,08

energisa PARAIBA
Roteiro: 18 - 261 - 959 - 650
Matrícula: 1096267-2017-11-7

VENCIMENTO 11/12/2017
TOTAL A PAGAR R\$ 29,10

83610000000-6 29100054000-0 10962672017-0 11700281019-2



COMPROVANTE DE PAGAMENTO
05 MAR. 2018
PROTOCOLADO
AG. 1096267-8



Assinado eletronicamente por: NILO TRIGUEIRO DANTAS - 22/01/2019 14:41:29

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19012214334649300000018249903>

Número do documento: 19012214334649300000018249903

DECLARAÇÃO
(Lei 7.115)

Eu, Anilson Marques do Nascimento
brasileiro(a), solteiro, Pescador, portador do
RG nº 3.611.952 expedido por SSP/PB e do CPF nº
361.599.968-19, residente
na(o) Assentamento São Luiz,
município de Bossorô - PB, **DECLARO**, nos precisos termos do art. 1º da
lei nº 7.115 de 29 de março de 1983 (lei da desburocratização), para o fim de dispensa de
custas processuais, **QUE SOU POBRE NA FORMA DA LEI**, cuja situação econômica não
me permite pagar custas processuais e honorários advocatícios, sem prejuízo do sustento
próprio ou da família, **BEM COMO QUE RESIDO NO ENDEREÇO ACIMA**
ENUNCIADO.

Declarando ainda, ser conhecedor(a) das sanções civis, administrativas e
criminais a que estarei sujeito, caso o quanto aqui declarei não porte estritamente a verdade.

Picuí - PB, 05 de Dezembro, de 2017.

Anilson Marques do Nascimento
DECLARANTE

(A rogo se não souber ler nem escrever)

LEI Nº 7.115, DE 29 DE AGOSTO DE 1983

DOU 30/8/1983

Dispõe sobre prova documental nos casos que indica e dá outras providências.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A declaração destinada a fazer prova de vida, residência, pobreza, dependência econômica, hominímia ou bons antecedentes, quando firmada pelo próprio interessado ou por procurador bastante, e sob as penas da Lei, presume-se verdadeira.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica para fins de prova em processo penal.

Art. 2º Se comprovadamente falsa a declaração, sujeitar-se-á o declarante às sanções civis, administrativas e criminais previstas na legislação aplicável.

Art. 3º A declaração mencionará expressamente a responsabilidade do declarante.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, em 29 de agosto de 1983; 162º da Independência e 95º da República.

JOÃO FIGUEIREDO

Ibrahim Abi-Ackel / Hélio Beltrão





SINISTRO 3180114838 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA ANILSON MARQUES DO NASCIMENTO

COBERTURA Invalidez

PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO Comprev Previdência S/A-Filial João Pessoa - PB

BENEFICIÁRIO ANILSON MARQUES DO NASCIMENTO

CPF/CNPJ: 36159996819

Posição em 28-03-2018 10:19:53

Seu pedido de indenização está em fase final de análise na Seguradora Líder DPVAT. Em breve, o pagamento da indenização será liberado. Volte a consultar seu processo neste site dentro de 4 dias.

Data do Pagamento	Valor da Indenização	Juros e Correção	Valor Total
26/03/2018	R\$ 1.350,00	R\$ 0,00	R\$ 1.350,00



**OCORRÊNCIA POLICIAL VERSANDO SOBRE ACIDENTE DE TRÂNSITO Nº 010/2017****NOTICIANTE: ANILSON MARQUES DO NASCIMENTO (83 9.8617-1495)**

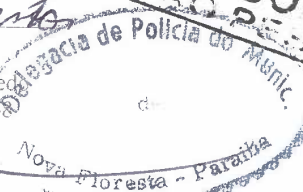
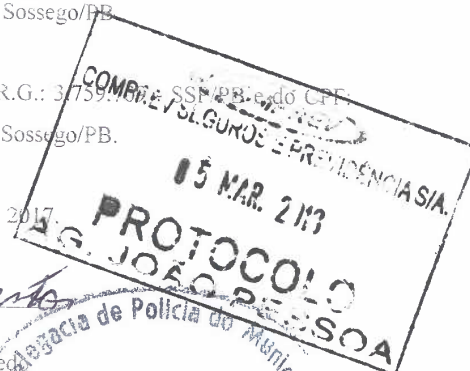
Aos trinta dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezessete (30/11/2017), nesta cidade de Nova Floresta, Estado da Paraíba, no cartório desta unidade policial, sob a responsabilidade do Bel. Elias J. Rodrigues da Silva, aí compareceu **Anilson Marques do Nascimento**, brasileiro, solteiro, ensino fundamental incompleto, pescador, nascido aos 24/07/1990, com 27 anos de idade, natural de Guarujá/SP, filho de Marcos Antônio do Nascimento e de Antônia Marques do Nascimento, portador do R.G. 3611952 SSP/PB e do C.P.F. 361.599.968-19, residente no Assentamento São Luiz – Zona Rural – Sossego/PB, e fez o seguinte registro: QUE o noticiante, no dia seis do mês de agosto do corrente ano (06/08/2017), por volta das 15:00 horas, trafegava na sua motocicleta HONDA CBX250, COR VERMELHA, ANO/MODELO 2003/2004, PLACA MNN8079/PB, CHASSI 9C2MC35004R004693, CÓDIGO RENAVAM 00818630310, LICENCIADA EM NOME DE JAIRO DA SILVA FONSECA, em uma estrada vicinal localizada no Sítio Boi Morto, neste município de Nova Floresta, estrada esta que possui duas grandes ladeiras e enquanto o noticiante descia uma delas perdeu o controle da moto quando freou, pois a moto derrapou porque a estrada estava molhada devido as chuvas que caíam no dia do ocorrido; QUE, algumas pessoas que vinham logo atrás chamaram o SAMU de Picuí/PB, o qual socorreu o noticiante e o levou para o Hospital Regional de Picuí, onde passou por procedimento cirúrgico na cabeça, já que o noticiante, devido à queda de moto, quebrou o maxilar e precisou colocar pinos de platina do lado direito da cabeça; QUE, o noticiante continua, até a presente data, sem conseguir exercer suas atividades profissionais em virtude das sequelas do acidente, motivo pelo qual ainda está em atestado médico para que possa se recuperar das lesões e da cirurgia; QUE, o noticiante passou quatro dias internado no Hospital Regional de Picuí. Por esta razão, veio a esta Depol fazer a notificação para que sejam tomadas as medidas legais cabíveis. Nada mais havendo a tratar, ciente o Noticiante das implicações legais contidas no Artigo 299 do Código Penal, deu-se por encerrado a presente Ocorrência Policial, devidamente assinada a Ocorrência Policial, pelo Noticiante e por mim, Leandro Rodrigues de Souza Azevedo que o digitei.

1ª **TESTEMUNHA:** Maria de Lourdes Fidelis de Araújo, portadora do R.G.: 2593798 SSP/PB e do CPF: 036.690.224-57 – Residente no Assento São Luiz, s/n– Zona Rural - Sossego/PB.

2ª **TESTEMUNHA:** Maria das Vitórias dos Santos, portadora do R.G.: 31759-000 SSP/PB e do CPF: 101.351.714-82 – Residente no Assento São Luiz, s/n– Zona Rural - Sossego/PB.

Nova Floresta/PB, 30 de novembro de 2017.

Noticiante

*Anilson Marques do Nascimento*Leandro Rodrigues de Souza Azevedo
Escrivão *Ad hoc* – Mat. 180.296-8

Declaração do Proprietário do Veículo

Eu, JAIRO DA SILVA FONSECA,
RG nº 002 763-260, data de expedição 05/01/2006,
Órgão SSP/RN, portador do CPF nº 079.578.194-60, com
domicílio na cidade de NOVA FLORESTA, no Estado de
PARAIBA, onde resido na (Rua/Avenida/Estrada)
RUA SÃO SEVERINO, nº 285,
complemento _____, declaro, sob as penas da Lei, que o veículo abaixo
mencionado é(era) de minha propriedade na data do acidente ocorrido com a
vítima ANILSON MARQUES DO NASCIMENTO cujo o condutor era
O MESMO.

Veículo: MOTOCICLETA
Modelo: HONDA GBX 250
Ano: 2003/2004
Placa: MVN 8079/PB
Chassi: 9E2MC3500URO04 693
Data do Acidente: 06/08/2016
Local e Data: NOVA FLORESTA 05/12/2017

RECONHECIMENTO

Jairo da Silva Fonseca
Assinatura do Declarante

Assinatura do Condutor (caso seja um terceiro que não a vítima reclamante do sinistro)

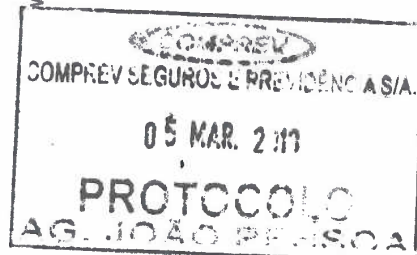
SERVIÇO NOT. E REGISTRO CIVIL
Rua Prêt. Felinto Florentino, 60
Centro - Tel: (83) 3374-1414
NOVA FLORESTA-PB

Reconheço a(s) firma(s) e letra(s) por autenticidade
de: Jairo da Silva Fonseca
Dou fé. Teste () da verdade.
Nova Floresta-PB 05/12/2017
Eliana Clementino Pereira
Escrivã Substituta

AGC32193 - E020

Serviço Not. e Registro Civil
Eliana Clementino Pereira
Escrivã Substituta
Nova Floresta - Comarca de Cuité - PB

Consulte a autenticidade em: <https://selodigital.tjpb.jus.br>



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES

DETRAN - RN Nº 011810480803
44008260/2015 66139929866
CERTIFICADO DE REGISTRO DE VEÍCULO

VIA 1	COD. RENAVAM 00818630310	RNTRC *****
NOME/ENDEREÇO JAIR DA SILVA FONSECA R TONHECA DANTAS, 872 CENTRO 59.374-000 CARNAUBA DOS DANTAS/RN		
CPF/CNPJ 079.578.194-60	PLACA MNN8079	
NOME ANTERIOR ATANAELO DANTAS COSTA		
PLACA ANT./UF MNN8079/PE	CHASSI 9C2MC35004R004693	
ESPECIE TIPO PASSAGEIRO/MOTOCICLETA/NAO APLICAVE	COMBUSTIVEL GASOLINA	
MARCA/MODELO HONDA/CMX 250 TWISTER	ANO FAB. 2003	ANO MOD. 2004
CAP./POT./CIL. 0CV/249 CILINDRADAS	CATEGORIA PARTICULAR	COR PREDOMINANTE VERMELHA
OBSERVAÇÕES MOTOR: MC35E-4004693		
CARNAUBA DOS DANTAS		DATA 18/09/2015

Nilson Bezerra da Silva
Coordenador de Registro de Veículos
DETRAN - RN



Para mais esclarecimentos, acesse o site <http://www.seguradoralider.com.br> ou ligue para o SAC DPVAT 0800.0221204 ou 0800.0221206 (exclusivo para pessoas com deficiência auditiva e de fala)

INFORMAÇÕES PARA PREENCHIMENTO:

É necessário o preenchimento completo de todos os campos com os dados da VÍTIMA e do seu REPRESENTANTE LEGAL* (caso seja aplicável) sem rasuras. O Representante Legal* é obrigatório para os seguintes casos:

Casos com vítima entre 0 a 15 anos – O Representante Legal é representado pelo pai, mãe ou tutor. Apenas o Representante deverá assinar a declaração no campo 2 ("Assinatura do Representante Legal");

Casos com vítima entre 16 e 17 anos – Neste caso, é necessário que a vítima seja assistida por um Representante Legal (pai, mãe ou tutor). O formulário deverá ser assinado pela vítima menor de idade no campo 1 ("Assinatura da Vítima") e também por seu Representante Legal no campo 2 ("Assinatura do Representante Legal").

Casos com vítima interditada com curador – Neste caso em específico, apenas o Representante Legal deverá assinar a declaração no campo 2 ("Assinatura do Representante Legal").

Nome Completo da Vítima

Anilson Marques do Nascimento

CPF da Vítima

361.599968-19

Data do Acidente

06.08.2016

REPRESENTANTE LEGAL DA VÍTIMA

Nome completo do Representante Legal

CPF do Representante legal

Email

Telefone (DDD)

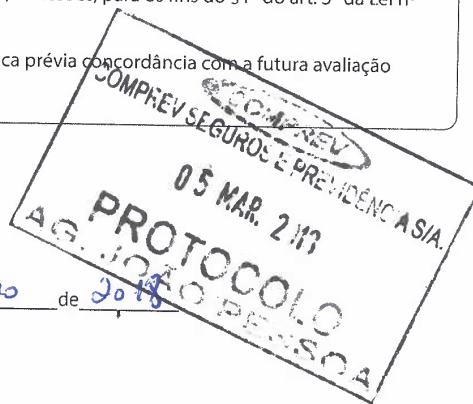
Declaro, sob as penas da lei, que estou impossibilitado de apresentar o laudo do Instituto Médico Legal (IML) para os fins de requerimento de indenização do Seguro DPVAT (Lei nº 6.194/74), uma vez que:

Assinalar uma das opções abaixo:

- ☒ Não há estabelecimento do IML que atenda a região do acidente ou da minha residência; ou
- ☐ O estabelecimento do IML que atende a região do acidente ou da minha residência não realiza perícias para fins de prova do Seguro DPVAT; ou
- ☐ O estabelecimento do IML que atende a região do acidente ou da minha residência realiza perícias com prazo superior a 90 (noventa) dias do respectivo pedido.

Com o objetivo de permitir o exame do meu pedido de indenização do Seguro DPVAT, para a cobertura de invalidez permanente causada diretamente por veículo automotor de via terrestre, solicito que esta declaração permita o prosseguimento da análise da minha documentação sem a apresentação do laudo do Instituto Médico Legal-IML, concordando, desde já, em me submeter à perícia médica às custas da Seguradora Líder DPVAT para a correta avaliação da existência e aferição do grau da lesão, ou lesões, para os fins do §1º do art. 3º da Lei nº 6.194/74.

Declaro ainda estar ciente de que a autorização para a realização dessa perícia não significa prévia concordância com a futura avaliação médica ou renúncia ao direito de contestá-la, caso discorde do seu conteúdo.



S03560 22 de Fevereiro de 2016
Local e Data

Anilson Marques do Nascimento

Campo 1 - Assinatura do Beneficiário

Campo 2 - Assinatura do Representante Legal

DALI.001 V001/2017





ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PICUÍ
C.N.P.J. 08.741.399/0001-73
Home Page: <http://picui.famup.com.br>
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 08.619.650/0001-21

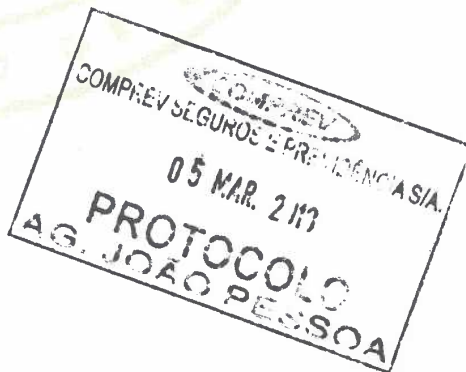
Picuí/PB, 13 de outubro de 2017.

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins de direito, que a ambulância do município de Picuí realizou no dia 06 de agosto de 2016, após acidente motociclístico, atendimento pré-hospitalar, conforme laudo e livro de ocorrência da mesma, o Srº Anilson Marques do Nascimento, 27 anos, apresentou dores na região cervical e escoriações pelo corpo. Após atendimento, foi encaminhado para o Hospital Regional de Picuí onde seguiu aos cuidados da equipe da referida instituição.

Gésska de Oliveira Macedo Costa
CNPJ: 395432
0312/1987-4

Gésska de Oliveira Macedo Costa
Coordenadora Municipal do SAMU PICUÍ/PB



Rua: Galdino Pinheiro, 26 - Bairro Centro / CEP: 58 187 - 000 - Picuí - PB
Fone/fax: (83) 3371-2620/ 3371-2350 – e- mail: pmpicui.sat.splena.@uol.com.br



SUS

ESTADO DA PARAIBA - SECRETARIA DE SAÚDE
FICHA DE ATENDIMENTO AMBULATORIAL

CÓDIGO DA UNIDADE:

2757710

CGC/CPF:

08.778.268.000/160

NOME: HOSPITAL REGIONAL DE PICUI

END.: RUA FRANCISCO PEREIRA GOMES, 15 - BAIRRO MONTE SANTO

MUNICÍPIO:

PICUI

ESTADO:

PARAIBA

UF: 25

Nome: ANILSON MARQUES DO NASCIMENTO

Raça/Cor: PARDA

Dt Nascimento: 24/07/1990

Idade: 26 anos(s)

mês(es) de idade

dia(s) de idade

Sexo: M

Mãe: ANTONIA MARQUES DO NASCIMENTO

Documento: 3611952

Profissão: AGRICULTOR(A)

Endereço: ASSENTAMENTO SÃO LUIS

Bairro: ZONA RURAL

Município/CEP/IBGE: SOSSEGO / 58177-000 / 251615

Telefone para contato: (83) 8617-6397 /

CNS: 898000084012114

Data e Hora: 06/08/2016 15:03:55

SSV

PESO:

PA:

ANAMNESE EXAME FÍSICO (SUMÁRIO)

TEMP: 36,0

Boa a ussua, chovendo no asfalto com

de a ussua, chovendo no asfalto com

de a ussua, chovendo no asfalto com

de a ussua, chovendo no asfalto com

de a ussua, chovendo no asfalto com

de a ussua, chovendo no asfalto com

de a ussua, chovendo no asfalto com

de a ussua, chovendo no asfalto com

de a ussua, chovendo no asfalto com

de a ussua, chovendo no asfalto com

de a ussua, chovendo no asfalto com

de a ussua, chovendo no asfalto com

de a ussua, chovendo no asfalto com

de a ussua, chovendo no asfalto com

de a ussua, chovendo no asfalto com

de a ussua, chovendo no asfalto com

de a ussua, chovendo no asfalto com

de a ussua, chovendo no asfalto com

de a ussua, chovendo no asfalto com

MATERIAIS - MEDICAMENTOS E OUTROS

1. Medicamentos2. Exames3. Exames4. Exames5. Exames6. Exames7. Exames8. Exames9. Exames10. Exames11. Exames12. Exames13. Exames14. Exames15. Exames16. Exames17. Exames18. Exames19. Exames20. Exames21. Exames22. Exames23. Exames24. Exames25. Exames26. Exames27. Exames28. Exames29. Exames30. Exames31. Exames32. Exames33. Exames34. Exames35. Exames36. Exames37. Exames38. Exames39. Exames40. Exames41. Exames42. Exames43. Exames

DIAGNÓSTICO:

CID-10:

MEDICAÇÃO:

1. PRESCRITA

2. APLICADA

ENCAMINHAMENTO:

OBSERVAÇÃO

OUTRO HOSPITAL

RESIDÊNCIA

ÓBITO

INTERNAÇÃO

OUTROS

SERVIÇOS REALIZADOS: CÓDIGO / PROCEDIMENTO:

1. 0301060000

2. 0301060000

3. 0301060000

ASS. DO(S) PROFISSIONAL(IS) ASSISTENTE(S): CARIMBO(S)

AUDITADO

CBO

CRM

ASS. DO PACIENTE/COMPANHANTE OU RESPONSÁVEL

OU POLEGAR DIREITO

ASS. DO REVISOR TÉCNICO CARIMBO

ASS. DO REVISOR ADMINISTRATIVO

CBO

CRM

CPF: 131.871.131-00

CRM: 1991

CBO

CRM

CBO

CRM





GOVERNO
DA PARAÍBA

HOSPITAL REGIONAL DE PICUI
Rua Francisco Pereira Gomes, 15 - Monte Santo
CEP: 58187-000 - Tel.: (83) 3371-2554/2990
Picuí - PB - CNPJ: 08.778.268/0001-60

ARQUIVO MÉDICO

Nº AIH

Nº de Ordem

Nº de Reg.

Nº do Docum.

18.535
3611952

Nome: Ambrósio Marques do Nascimento

Responsável: o pai

Pai: Marcelo Antônio do Nascimento

Mãe: Antônia Marques do Nascimento

Prof.: Picuí Data Nasc.: 24/07/90 Idade: 26

Endereço: Libertamento São Luiz Nº

Bairro: Cidade: Dores Est. Civil: Solteiro

PREENCHIMENTO MÉDICO

Diagnóstico definitivo: Fratura de um osso do

Tratamento efetuado no hospital: Red. exat. + ortomórfica

Exames realizados: Exame de sangue + exames de urina

Exames realizados: Exame de sangue + exames de urina

Exames realizados: Exame de sangue + exames de urina

Internado em 05/09/16 Alta em

Arquivista

Médico Assistente



GOVERNO
DA PARAÍBA

HOSPITAL REGIONAL DE PICUI
Rua Francisco Pereira Gomes, 15 - Monte Santo
CEP: 58187-000 - Tel.: (83) 3371-2554/2990
Picuí - PB - CNPJ: 08.778.268/0001-60

FICHA DE CADASTRO DE PACIENTE

Nº AIH

Nº de Ordem

Nº de Reg.

Nº do Docum.

18.535
3611952

Nome: Ambrósio Marques do Nascimento

Data do Nasc.: 24/07/90 Sexo: M Masc. F Femin.

Idade: 26 Fone:

Endereço: Libertamento São Luiz

Bairro: Cidade: Dores

Profissão: Picuí

Entrada: 05/09/16 Alta: 1 Obito: 1

Estado Civil: Casado ☐ Solteiro ☒ Viúvo ☐ Outros ☐

Pai: Marcelo Antônio do Nascimento

Mãe: Antônia Marques do Nascimento

Responsável: o pai

Médico Assistente: Dr. Edgley de B.

Diag. Definitivo: Fratura de um osso do

Tratamento: Red. exat. + ortomórfica

Exames realizados: Exame de sangue + exames de urina

Exames realizados: Exame de sangue + exames de urina



EVOLUÇÃO

Nome: Anilson Marques de Nascimento Idade: 26 Reg.: 283
Serviço: Cirurgia Diagnóstico: Fratura de Zigoma Local: 01

Data	Evolução
05	<u>BUCCO-MAXILO-FACIAL</u>
09	
16	<p>Paciente internado de acidente de trânsito (STP), expondo trauma traumático no face.</p> <p>AO ex. clínico: presença de deformidade óssea traumática na região de arco zigomático.</p> <p>AO ex. radiográfico: imagem compatível com fratura de arco zigomático (1).</p> <p>HO: Fratura de arco zigomático (1).</p> <p>Exames realizados: Hemograma, coagulograma, glicemia em jejum, ECG + onda unipolar Rx face.</p> <p>Obs: Paciente sem comorbidades, mas se refere alergia a medicamentos.</p> <p>Sulmetido à redução e fixação de fratura de arco zigomático (1) + estabilização com miniplaca 2.0 de 6 furos + 4 parafusos corticais.</p> <p>Dr. Edgley Porto CIRURGIA E TRAUMATOLOGIA BUCCO-MAXILO-FACIAL CRM 22.266</p>
06	<p>1º OPQ: Sulmetido à redução e fixação de fratura de arco zigomático (1) + estabilização com miniplaca 2.0 de 6 furos + 4 parafusos corticais.</p> <p>Dr. Edgley Porto CIRURGIA E TRAUMATOLOGIA BUCCO-MAXILO-FACIAL CRM 22.266</p>
09	<p>emprego</p> <p>Sulmetido à redução e fixação de fratura de arco zigomático (1) + estabilização com miniplaca 2.0 de 6 furos + 4 parafusos corticais.</p> <p>Dr. Edgley Porto CIRURGIA E TRAUMATOLOGIA BUCCO-MAXILO-FACIAL CRM 22.266</p>
16	<p>Sulmetido à redução e fixação de fratura de arco zigomático (1) + estabilização com miniplaca 2.0 de 6 furos + 4 parafusos corticais.</p> <p>Dr. Edgley Porto CIRURGIA E TRAUMATOLOGIA BUCCO-MAXILO-FACIAL CRM 22.266</p>



GOVERNO
DA PARAÍBA

Hospital Regional de Picuí "Felipe Tiago Gomes"

DESCRIÇÃO DE CIRURGIA

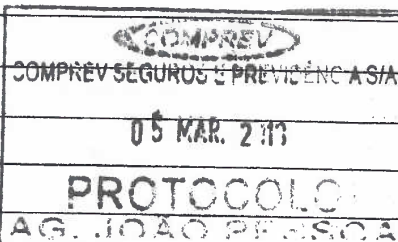
Nome do Paciente:	Anilson Marques do Nascimento		
Data da operação:	05/09/16	Enf.:	Leito:
Operador:	Wm. Edgley	1º Auxiliar:	
2º Auxiliar:		3º Auxiliar:	Instrumentador:
Anestesista:	Wma. meli	Tipo de Anestesia: Geral	
Diagnóstico Pré-operatório:	Fratura de arco zigomático (I)		
Tipo de operação:	Redução aberta + osteossíntese com miniplaca		
Diagnóstico Pós-operatório:	I mesma		
Relatório Imediato do Patologista:	Nas home.		
Exame Radiológico no Ato:	nas home		
Acidente durante a operação:	nas home.		

DESCRIÇÃO DA OPERAÇÃO

Via de Acesso – Tática e Técnica – Ligaduras – Drenagem – Sutura – Material Empregado – Aspecto Visceras

1. Acesso extra-oral - bucal - Pré-auricular
2. Incisão linear
3. Divisão dos planos fasciais
4. Exposição dos fragmentos da fratura de arco zigomático (I)
5. Redução aberta da fratura
6. Osteossíntese com miniplaca ret. 2,0 de 6 furos + 4 parafusos cutâneos.
7. Sutura dos planos com fio catgut 4-0
8. Sutura da pele com fio mononylon 4-0
9. Curativo compressivo.

Dr. Edgley Porto
CIRURGIA E TRAUMATOLOGIA
Bucco-Maxilo-Facial
CRM-RR 3848 CBO 22326





Hospital Regional de Pícuí "Felipe Negro Gomes"

NOME: Milson Marques do Nascimento

IDADE: _____ SEXO: _____ GR. SANGUÍNEO: _____

DIAGNÓSTICO PRÉ-OPERATÓRIO: Fraat. de zygoma D.

CATEGORIA: Sus DATA: 05/09/16

OPERAÇÃO REALIZADA: Redução fratura + Osteossintese

CIRURGIÃO: Dr. Colley AUXILIAR: _____ ANESTESISTA: Wna meli

AGENTES COMUNITÁRIOS:

AGENTES COMUNITÁRIOS	CÓDIGO	220	200	180	160	140	120	100	80	60	40	20
Anestesia X												
Oper. Inturb T												
Endotr Pres A												
Dístol Pulso O												
Resp. RA												
Assit. Resp. RE												
Exhaust. Resp. RC												
Contr.												

Pré-anestésico: _____

Anestesia: ☒ Geral ☐ Raquiara ☐ Peridural ☐ Bloqueio de Plexo ☐ Outras

Técnica: 1

Início: 10h Término: _____ Venoclise: _____

AGENTES DOSES	LÍQUIDO	Duração minutos:
Pecorrel 140mg IV	1500 ml SRV	MI
Cloridrato de morfina 60 mg IV		
Succinil colina 50mg IV		
Atracurium 25 mg IV		
Curatone 20 mg IV		
Diprione 20 mg IV		
Morfina 40 mg IV		
Dexte metaxona 10mg IV		
Midazolam 10mg IV		
Valsartan 8mg IV		
Ranitidina 50mg IV		

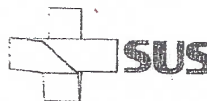
OBS: C Pré-op; indução com propofol venosa + inalatório; intubação sob visão direta; intubação bastante difícil; Pneu. si interc.

Dr. Milson Marques do Nascimento
CRM 60000





Hospital Regional de Picuí "Felipe Tiago Gomes"



ATESTADO MÉDICO

Atesto para os devidos fins que, a pedido do(a) Sr.(a) Andressen NARRAUGS B. NASCIMENTO, portador(a) da identidade RG _____, que o(a) mesmo(a) foi atendido(a) por mim no dia de hoje, às _____ horas, submetido(a) a sed. env. fut. Eje. 0, portador da patologia CID-10 S22.4, devendo permanecer afastado(a) de suas atividades laborativas por um período de 60 (sessenta) dias, a partir desta data.

Picuí.

Dr. Edgley Porto
Ortodontista Bucal-Maxilo-Facial
Fones 288.574-74

Assinatura _____ do(a) Médico(a)

AUTORIZAÇÃO

Eu, _____ autorizo o(a)
Dr. (a) _____, a registrar o
diagnóstico codificado CID-10 ou por extenso neste atestado
médico.

Assinatura do(a) paciente ou responsável legal

1ª VIA-PACIENTE

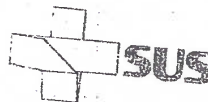
2ª VIA ANEXA AO PRONTUÁRIO DE ATENDIMENTO





GOVERNO
DA PARAÍBA

Hospital Regional de Picuí "Felipe Tiago Gomes"



ATESTADO MÉDICO

Atesto para os devidos fins que, a pedido do(a) Sr.(a) ANILSON MARQUES DO NASCIMENTO portador(a) da identidade RG _____, que o(a) mesmo(a) foi atendido(a) por mim no dia de hoje, às 11 horas, submetido(a) a sed. curat. fnt. zigom portador da patologia CID-10 S02.41, devendo permanecer afastado(a) de suas atividades laborativas por um período de 60 (sessenta) dias, a partir desta data.

Picuí, 05/09/16

Dr. Edgley Porto
CIRURGIA E TRAUMATOLOGIA
Bucco-Maxilo-Facial

Assinatura e Carimbo do(a) Médico(a)

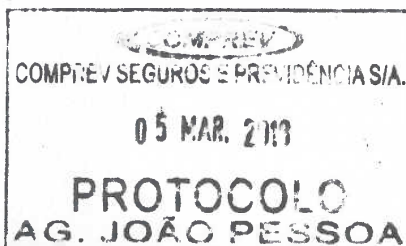
AUTORIZAÇÃO

Eu, _____ autorizo o(a) Dr. (a) _____ a registrar o diagnóstico codificado CID-10 ou por extenso neste atestado médico.

Assinatura do(a) paciente ou responsável legal

1ª VIA-PACIENTE

2ª VIA ANEXA AO PRONTUÁRIO DE ATENDIMENTO





ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PICUÍ
C.N.P.J. 08.741.399/0001-73
Home Page: <http://picui.famup.com.br>
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 08.619.650/0001-21

Picuí/PB, 13 de outubro de 2017.

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins de direito, que a ambulância do município de Picuí realizou no dia 06 de agosto de 2016, após acidente motociclístico, atendimento pré-hospitalar, conforme laudo e livro de ocorrência da mesma, o Srº Anilson Marques do Nascimento, 27 anos, apresentou dores na região cervical e escoriações pelo corpo. Após atendimento, foi encaminhado para o Hospital Regional de Picuí onde seguiu aos cuidados da equipe da referida instituição.

Gésska de Oliveira Macedo Costa
Coordenadora Municipal do SAMU PICUÍ/PB

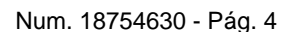
Rua: Galdino Pinheiro, 26 - Bairro Centro / CEP: 58 187 - 000 - Picuí - PB
Fone/fax: (83) 3371-2620/ 3371-2350 – e- mail: pmpicui.sat.splena@uol.com.br



США и др.



Scanned by CamScanner





GOVERNO
DA PARAÍBA

HOSPITAL REGIONAL DE PICUI
Rua Francisco Pereira Gomes, 15 - Monte Santo
CEP: 58187-000 - Tel.: (83) 3371-2554/2990
Picuí - PB - CNPJ: 08.778.268/0001-60

Nº AIH

Nº de Ordem

Nº de Reg. 18 535

Nº do Docum. 3611952

ARQUIVO MÉDICO

Nome: Amílton Marques da Mota
Responsável: o pai

Pai: Marcos Antônio de Nascimento

Mãe: Antônia Marques de Nascimento

Prof: Picuí Data Nasc: 24/07/90 Idade: 26

Endereço: Boa Vista Nº 0

Bairro: Boa Vista Est. Civil: Solteiro

Diagnóstico definitivo: Qualquer de uma zoonose

Tratamento realizado: Red. e vac. + antioxiante

Exames realizados: Exame de urina, sangue, fezes

Internado em 05/09/16 Alta em 11/09/16
Dr. Edgley da Silva
Médico Assistente

Arquivista

Médico Assistente



GOVERNO
DA PARAÍBA

HOSPITAL REGIONAL DE PICUI
Rua Francisco Pereira Gomes, 15 - Monte Santo
CEP: 58187-000 - Tel.: (83) 3371-2554/2990
Picuí - PB - CNPJ: 08.778.268/0001-60

Nº AIH

Nº de Ordem

Nº de Reg. 18 535

Nº do Docum. 3611952

FICHA DE CADASTRO DE PACIENTE

Nome: Amílton Marques da Mota
Data do Nasc. 24/07/90 Sexo: Masc. ☒ Femin.

Idade: 26 Fone: 0

Endereço: Boa Vista Nº 0

Bairro: Boa Vista Est. Civil: Solteiro

Profissão: Picuí

Entrada: 05/09/16 Alta: 11/09/16 Óbito: 11/09/16

Estado Civil: ☐ Casado ☒ Solteiro ☐ Viúvo ☐ Outros ☐

Pai: Marcos Antônio de Nascimento

Mãe: Antônia Marques de Nascimento

Responsável: o pai

Médico Assistente: Dr. Edgley da Silva

Diag. Definitivo: Qualquer de uma zoonose

Tratamento: Red. e vac. + antioxiante

Internado em 05/09/16 Alta em 11/09/16

Dr. Edgley da Silva
Médico Assistente



GOVERNO
DA PARAÍBA

HOSPITAL REGIONAL DE PICUI
Rua Francisco Pereira Gomes, 15 - Monte Santo
CEP: 58187-000 - Tel.: (83) 3371-2554/2990
Picuí - PB - CNPJ: 08.778.268/0001-60

Nº AIH _____
Nº de Ordem _____
Nº de Reg. 18.535
Nº do Docum. 3611952

ARQUIVO MÉDICO

Nome: Anderson Marques da Mota
Responsável: o pai

Pai: Marcos Antônio de Nascimento

Mãe: Antônia Marques da Mota

Prof: Picuí Data Nasc: 24/07/90 Idade: 26

Endereço: Libertamente São Luiz Nº _____

Bairro: _____ Cidade: Joazeiro Est. Civil: Solteiro

Diagnóstico definitivo: Qualquer de uma zoonose

Tatagem e/ou tratamento: Red. e vac. + antiveneno

Exames realizados: Hemograma, Função Renal, Glucose, Urina, etc.
Internado em 05/09/16 Alta em _____
Dr. Edgley da Silva
Médico Assistente

Arquivista

Médico Assistente



GOVERNO
DA PARAÍBA

HOSPITAL REGIONAL DE PICUI
Rua Francisco Pereira Gomes, 15 - Monte Santo
CEP: 58.187-000 - Tel.: (83) 3371-2554/2990
Picuí - PB - CNPJ: 08.778.268/0001-60

Nº AIH _____
Nº de Ordem _____
Nº de Reg. 18.535
Nº do Docum. 3611952

FICHA DE CADASTRO DE PACIENTE

Nome: Anderson Marques da Mota
Data do Nasc. 24/07/90 Sexo: Masc. ☒ Femin.

Idade: 26 Fone: _____

Endereço: Libertamente São Luiz

Bairro: _____ Cidade: Joazeiro

Profissão: Picuí

Entrada: 05/09/16 Alta: ☐ ☒ Óbito: ☐ Outros: ☐

Estado Civil: ☒ Casado ☐ Solteiro ☐ Viuvo ☐ Outros

Pai: Marcos Antônio de Nascimento

Mãe: Antônia Marques da Mota

Responsável: o pai

Médico Assistente: Dr. Edgley da Silva

Diag. Definitivo: Qual. de uma zoonose

Tratamento: Red. e vac. + antiveneno

Assinatura: _____



GOVERNO
DA PARAÍBA

Hospital Regional de Pícuil "Pedro Lago Gomes"



SU

SISTEMA ÚNICO DE S

EVOLUÇÃO

Nome: Anilson Marques de Oliveira Idade: 26 Reg.: 55
Serviço: Cirurgia Diagnóstico: Fratura de Zígoma Local: Or

Data	Evolução
05.09.16	<u>BUCCO-MAXIL-FACIAL</u> Paciente internado de acidente de trânsito (ATP), expressando trauma traumático no face. Ao ex. físico: presença de deformidade crânio- facial na região de arco zigomático. Ao ex. radiográfico: imagem compatível com fratura de arco zigomático. HO: Fratura de arco zigomático. Exames realizados: Hemograma, coagulograma, glicemia em jejum, ECG + uma urina. No face. OAB: Paciente sem comorbidades, mas se refere alergia a medicamentos. Sintomatologia: redução da fratura de arco zigomático (1) + estomatite com múltiplas úlceras 2.0 de 6 furas + 4 pontos furas articulares. Dr. Edgley Porto CIRURGIA E TRAUMATOLOGIA BUCCO-MAXIL-FACIAL CRM 22.348 CBO 22.261
06.09.16	1.º OPQ: Sujeito de a traço 05.09.16 comprometido Soluções: Os exames Dr. Edgley Porto CIRURGIA E TRAUMATOLOGIA BUCCO-MAXIL-FACIAL CRM 22.348 CBO 22.261

Scanned by CamScanner



Assinado eletronicamente por: NILO TRIGUEIRO DANTAS - 22/01/2019 14:41:52

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19012214383293300000018250073>

Número do documento: 19012214383293300000018250073

Num. 18754635 - Pág. 2



GOVERNO
DA PARAÍBA

Hospital Regional de Pícul "Felipe Tiago Gomes"

DESCRIÇÃO DE CIRURGIA

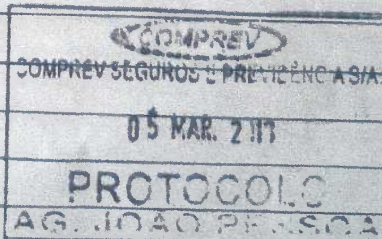
Nome do Paciente:	Aubson Marques do Nascimento		
Data da operação:	05/09/16	Enf.:	Leito:
Operador:	Wn. Odoley	1º Auxiliar:	
2º Auxiliar:		3º Auxiliar:	Instrumentador:
Anestesista:	Wna. meli	Tipo de Anestesia: Geral	
Diagnóstico Pré-operatório:	Fratura de arco zigomático (1)		
Tipo de operação:	Redução aberta + osteossíntese com miniplaca		
Diagnóstico Pós-operatório:	mesma		
Relatório Imediato do Patologista:	Nas home.		
Exame Radiológico no Ato:	Nas home		
Acidente durante a operação:	Nas home		

DESCRIÇÃO DA OPERAÇÃO

Via de Acesso - Tática e Técnica - Ligaduras - Drenagem - Sutura - Material Empregado - Aspecto Visceras

1. Acesso extra-oral - buco-maxilar - Pré-curva buca
2. Anestesia local
3. Incisão dos planos fasciais
4. Exposição dos fragmentos da fratura de arco zigomático (1)
5. Redução aberta da fratura
6. Osteossíntese com miniplaca ret. 2.0 de 6 furos + 4 parafusos corticais
7. Sutura dos planos com fio edicel 4-0
8. Sutura da pele com fio mononylon 4-0
9. Curativo compressivo.

Dr. Edgleys Porto
CIRURGIA E TRAUMATOLOGIA
BUCA-MAXILO-FACIAL
CRM 25 3849 CBO 2237F



Scanned by CamScanner



Hospital Regional de Piau "Felipe Trigueiro"

NOME: Wilson Marques da Masmamento IDADE: 55 SEXO: M GR. SANGÜÍNEO: B

DIAGNÓSTICO PRÉ-OPERATÓRIO: fractura da zygoma CATEGORIA: Sus DATA: 03/09/16

OPERAÇÃO REALIZADA: Redução do maxilar + Osteossintese

CIRURGIÃO: W. Goldrey AUXILIAR: - ANESTESISTA: W. M. M.

AGENTES COMUNITÁRIOS	220	200	180	160	140	120	100	80	60	40	20
CÓDIGO	220	200	180	160	140	120	100	80	60	40	20
Anestesia X											
Oper. Inturb T											
Endotr. Pres A											
Distol Pulso O											
Resp. RA											
Assist. Resp. RE											
Exobol. Resp. RC											
Contr.											

Pré-anestésico: -

Anestesia: ☒ Geral ☐ Raquiana ☐ Peridural ☐ Bloqueio de Plexo ☐ Outras

Técnica: 1

Início: 10h Término: 15h30 Venoclise: ML

AGENTES DOSES	LÍQUIDO	Duração minutos:
<u>Propofol 140mg IV</u>	<u>1500 ml 5RL</u>	
<u>Cloridrato de 60 mg IV</u>		
<u>Succinilcolina 50mg IV</u>		
<u>Atracurium 85mg IV</u>		
<u>Clonidine 20 µg IV</u>		
<u>Diploane 20 µg IV</u>		
<u>Morfin 40 mg IV</u>		
<u>Dexte metaxone 10mg IV</u>		
<u>Midazolam 10mg IV</u>		
<u>Neostigmina 8mg IV</u>		
<u>Esmolol 50mg IV</u>		

OBS: Pré-ox; midazolam + atracurium + meprobamato; 100 mg sob a tubo #1; midazolam 10 mg de bulbo (intubação bastante difícil); RMV. 5/1000.

Assinado eletronicamente por: NILO TRIGUEIRO DANTAS - 22/01/2019 14:41:52

Num. 18754635 - Pág. 4



GOVERNO
DA PARAÍBA

Hospital Regional de Pícuí "Felipe Tiago Gomes"



ATESTADO MÉDICO

Atesto para os devidos fins que, a pedido do(a) Sr.(a) Anderson NARCISO A. NASCIMENTO portador(a) da identidade RG _____, que o(a) mesmo(a) foi atendido(a) por mim no dia de hoje, às _____ horas, submetido(a) a red. curat. fur. 300.0 portador da patologia CID-10 S22.4 devendo permanecer afastado(a) de suas atividades laborativas por um período de 60 (sessenta) dias, a partir desta data.

Pícuí, 06/02/17

Dr. Edgley Porto
Médico - Especialista em Otorrinolaringologia e Cabeça-Mão-Facial
CRM 288.574-7/PA

Assinatura do(a) Médico(a)

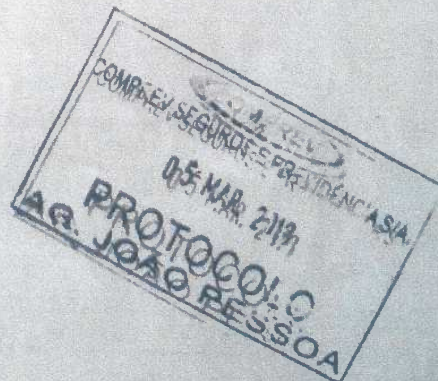
AUTORIZAÇÃO

Eu, _____ autorizo o(a)
Dr. (a) _____, a registrar o diagnóstico codificado CID-10 ou por extenso neste atestado médico.

Assinatura do(a) paciente ou responsável legal

1ª VIA-PACIENTE

2ª VIA ANEXA AO PRONTUÁRIO DE ATENDIMENTO



Scanned by CamScanner



ATESTADO MÉDICO

Atesto para os devidos fins que, a pedido do(a) Sr(a)
ARILSON NARAYNS DO NASCIMENTO portador(a)
da identidade RG _____, que o(a) mesmo(a) foi
atendido(a) por mim no dia de hoje, às 11 horas, submetido(a)
a sedução for. Zigan portador da patologia
CID-10 S02-70, devendo permanecer afastado(a) de
suas atividades laborativas por um período de 60
sessenta dias, a partir desta data.

Picuí, 05/09/16

Dr. Edgley Porto
ORÇANIA E TRAUMATOLOGIA
BUCAL, O.D. Facial

Assinatura e Carimbo do(a) Médico(a)

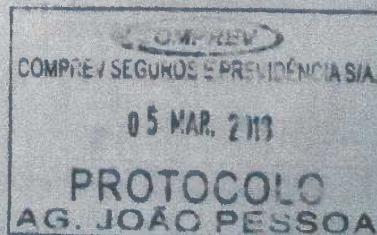
AUTORIZAÇÃO

Eu, _____
Dr. (º) _____ autorizo o(a)
diagnóstico codificado CID-10 ou por extenso neste atestado
médico.

Assinatura do(a) paciente ou responsável legal

1ª VIA-PACIENTE

2ª VIA ANEXA AO PRONTUÁRIO DE ATENDIMENTO





Poder Judiciário da Paraíba
Vara Única de Barra de Santa Rosa

PROCEDIMENTO COMUM (7) 0800014-78.2019.8.15.0781

DESPACHO

Considerando a postura reiterada do demandado em não realizar acordos em demandas desse jaez, bem como a ausência de centros judiciários de solução consensual de conflitos nessa comarca, a necessidade de racionalização dos atos processuais e a necessidade de efetivação da prestação jurisdicional sugere que seja determinada a **CITAÇÃO PARA OFERECIMENTO DE CONTESTAÇÃO, SEM A REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA PRELIMINAR**, com renovação da tentativa de conciliação após a produção da prova documental – o que implicará em maior aptidão das partes de avaliar sua posição processual.

CITE-SE A PARTE RÉ, para responder ao processo no prazo de 15 (quinze) dias, oportunidade em que deverá acostar toda a prova documental referente ao contrato guerreado, sob pena de arcar com os ônus probatórios da sua inércia.

Apresentada a contestação, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, querendo: a) Em sendo alegada a ilegitimidade passiva, exercer a faculdade contida no art. do art. 338, do CPC/2015, no prazo de 15 (quinze) dias; b) Nas demais hipóteses, apresentar réplica à contestação (art. 350 e 351, do CPC/2015), no prazo de 15 dias.

Concedo a gratuidade da justiça, consoante art. 99, § 3º, do CPC/2015.

Cumpra-se.

Barra de Santa Rosa (PB), 29 de janeiro de 2019

FÁBIO BRITO DE FARIA

Juiz de Direito



